



EMBRAPA

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Vinculada ao Ministério da Agricultura

Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual de Rio Branco – UEPAE de Rio Branco

Seminário Agropecuário do Acre

SEACRE anais

11.00526

Anais...

1988

PC-PP-2011.00526

Branco, AC

1988



AI-SEDE-50515-1



EMBRAPA

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Vinculada ao Ministério da Agricultura
Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual
de Rio Branco - UEPAE de Rio Branco
Rio Branco, AC

II SEMINÁRIO AGROPECUÁRIO DO ACRE

13 a 17 de outubro de 1986

Rio Branco, AC

ANAIS

Rio Branco, AC
1988

EMBRAPA. UEPAE de Rio Branco. Documentos, 10

Exemplares deste documento devem ser solicitados à EMBRAPA-
-UEPAE de Rio Branco. BR-364 Km 14. Caixa Postal 392
69900 Rio Branco, AC

ou

EMBRAPA
Departamento de Publicações
Setor de Áreas Isoladas Norte - SAIN
Via W3 Norte (Final) - Parque Rural
70770 Brasília, DF

Embrapa
Unidade: *Ac - Seol*
Valor aquisição: _____
Data aquisição: _____
N.º N. Fiscal/Fatura: _____
Fornecedor: _____
N.º OCS: _____
Origem: *Dacia*
N.º Registro: *00526/2011*

Seminário Agropecuário do Acre, 2, Rio Branco, AC, 1986.
Anais do II Seminário Agropecuário do Acre. Brasília,
EMBRAPA-DPV, 1988.

375p. il. (EMBRAPA.UEPAE de Rio Branco. Documentos,
10).

1. Agropecuário-Congressos-Brasil. 2. Agricultura-
-Congressos-Brasil. I. Empresa Brasileira de Pesquisa
Agropecuária. Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito
Estadual de Rio Branco, AC. II. Título. III. Série.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Nirlene Junqueira Vilela - EMBRAPA
Arlindo Luiz da Costa - EMBRAPA
Murilo Fazolin - EMBRAPA
Jesus Costa da Silva - EMBRAPA
Maria Luzenira de Souza - UFAC
Aldenor Fernandes de Souza - EMATER-Acre
Nadir do Carmo Torno - EMATER-Acre

COMISSÃO FINANCEIRA

José Ivan Portela da Costa - EMBRAPA
Edson Varêda Guimarães - EMBRAPA

COMISSÃO TÉCNICA

Cecília Helena Silvino Prata Ritzinger - EMBRAPA
Rogério Ritzinger - EMBRAPA
Regina Célia Vieira Silva - UFAC
Marlene Menezes Thomé - EMATER-Acre

PROGRAMAÇÃO SOCIAL

Walmiki Francisco da Silva - EMBRAPA

DATILOGRAFIA

Francisco de Assis Sampaio de Freitas - EMBRAPA

RUMOS DA PESQUISA AGROPECUÁRIA NO TRÓPICO ÚMIDO BRASILEIRO

Erci de Moraes¹

Partindo da nossa convicção de que a ciência não é neutra, a pesquisa agropecuária também não é neutra.

Se procurarmos o exemplo da própria Amazônia, vamos verificar que a ação da pesquisa agropecuária, marcadamente representada pela EMBRAPA na região, tem seguido ao longo dos anos as políticas de governo, políticas estas que, especialmente para a Região Amazônica, nem sempre foram muito felizes. Dizemos isto pois se buscarmos dados apresentados pelo Dr. Emeleocípio, mostrando que existem onze milhões e meio de hectares de pastagens formadas na Amazônia, concluímos que temos um rebanho que pouco ultrapassa três milhões de cabeças e chegaremos logicamente à conclusão de que se fez um monte de bobagens. Os investimentos do governo federal foram jogados em projetos que não resultaram naquelas expectativas esperadas. Conseqüentemente, desperdiçamos recursos materiais, não produzimos o boi tão esperado; talvez tenhamos gerado, embora em pequeno número, um novo tipo de proprietário que hoje seguramente engrossa as fileiras da UDR com as mesmas resistências para ceder o boi. Por isso dizemos que a ciência não é neutra. Quando começaram a surgir os primeiros problemas relacionados com essa ocupação predatória da região, um grande montante de recursos foi alocado para a recuperação dessas áreas, dessas pastagens, não só aqui no Acre, mas em todas as Unidades da Federação na Amazônia.

Estamos definindo, tentando definir ou sugerir rumos da pesquisa agropecuária para o trópico úmido brasileiro, re-

¹Eng.-Agr., M.Sc., Chefe da UEPAE de Manaus.

presentando nesse Seminário um estado que, até certo ponto, pode ser considerado privilegiado, uma vez que a Amazônia vem sendo ocupada como uma casca de laranja, ou seja, pela periferia. O Amazonas, por ser um Estado bastante central, ainda não sentiu com muita intensidade o efeito da ocupação predatória, do desmatamento, etc. Não queremos dizer que estamos alheios ao problema. Ao contrário, ainda não sofremos pressão migratória, ela ainda não aconteceu com a intensidade que vem ocorrendo nos demais estados, mas sabemos que um dia ela vai chegar.

Uma das causas que, a nosso ver, dificulta o trabalho da pesquisa na região não é, propriamente, a falta de tradição do homem, mas dados atribuídos a outros fatores que parecem até generalizados em todos os estados da Amazônia. Não existe uma política agrícola; temos grande preocupação com abastecimento no caso específico do Estado do Amazonas, onde se criou a Zona Franca que resultou num aglomerado que supera um milhão de habitantes. Isto gera apenas um crescimento, um inchaço, e não um desenvolvimento, e hoje os governantes se preocupam com o abastecimento dessa população. O que ocorre é que esse abastecimento tem duas formas conhecidas: uma delas seria a aquisição de alimentos pela importação, quer de outros países, quer do interior, e a outra, a produção agrícola. Como somos sempre movidos pelo imediatismo, partimos para ficar na dependência da importação, e pouco se faz de concreto em termos de ações, de programas, de planos, de metas claramente definidas, com relação ao desenvolvimento de uma política agrícola.

Embora a pesquisa procure ter uma visão, desenvolver estudos aprofundados do conhecimento da região, não temos ainda um direcionamento seguro, para onde vamos, para quem vamos conduzir esta tecnologia. É preciso defini-lo respei-

tando todos os cuidados que se deve ter com o equilíbrio ecológico, o direito mais sagrado de um indivíduo para poder produzir o alimento de que se necessita. Todas as regiões, todos os estados deveriam pensar, pelo menos, em auto-suficiência.

A curto prazo, porém, precisamos pensar em viabilizar a agricultura e a pecuária na região para que possamos ter os alimentos básicos de que necessitamos. Em cima disso é preciso planejar, e é aí que pouco se faz. Não considero a ciência neutra e a pesquisa agropecuária representada pela EMBRAPA é sincera neste contexto. Nestes treze anos de vigência do modelo EMBRAPA temos trabalhado em função de diretrizes nacionais de preocupação dos grandes problemas nacionais.

Relegamos a um plano até secundário o fato de que a Amazônia é um caso à parte, que tem a sua peculiaridade, singularidade. O próprio estágio do desenvolvimento agrícola é uma prova casual disso. Por isso repensamos, ao nível da Empresa e em consonância com os novos rumos da Nova República, a forma de desenvolver a pesquisa mais voltada para o homem. Se há uma preocupação da Nova República em resgatar uma dívida social com o cidadão do país como um todo, eu diria que essa dívida deve ser resgatada com juros e correção monetária bem mais altos em relação à Região Amazônica. No modelo em que a EMBRAPA opera, refiro-me ao modelo circular, que estava previsto quando se direcionou a agricultura do país para produzir em função de exportação, a preocupação com o pequeno agricultor (regional, estadual ou mesmo municipal) ficou relegada a um plano secundário. Precisamos retornar com urgência e nos parece que só há um caminho: a regionalização da pesquisa. Mas nessa regionalização, que, deixamos bem claro, seria de baixo para cima, a

EMBRAPA sozinha não poderá responder pela demanda de pesquisa e de adoção da tecnologia aqui gerada. O chamado sistema cooperativo de pesquisa agropecuário, coordenado pela EMBRAPA, prevê a participação efetiva das Empresas Estaduais e dos demais órgãos federais que pesquisam, apesar de que o que é mais visto na Amazônia propriamente dita é a presença da EMBRAPA representando um sistema cooperativo de pesquisa. Não existem empresas estaduais (a não ser quando se fala em trópico úmido, Maranhão e Goiás) e essa regionalização, a nosso ver, tem como pressuposto o engajamento efetivo das demais forças que compõem o setor agropecuário; é imperioso o engajamento das universidades; é imperioso a participação dos segmentos representativos dos produtores na difusão dessas prioridades; é imprescindível que o governo se posicione, definindo claramente o que deseja da pesquisa; é imperioso que os governos estaduais se sensibilizem para investirem em pesquisa, pelo menos naqueles produtos que são considerados altamente prioritários para os seus estados.

Há outro ponto a ser discutido, ponto este que os colegas não abordaram: o pouco que se faz de pesquisa agropecuária é, quase que exclusivamente, às custas do governo federal. Essa situação é ruim para os dois lados, pois se o governo federal financia, ele tem todo o direito de exigir que se desenvolva a pesquisa cumprindo as diretrizes que lhe interessam. Por outro lado, o governo estadual, alegando não entrar com recursos, fica em uma situação cômoda em nada exigir. Por exemplo, esse modelo que a EMBRAPA exercita no momento tem suas vantagens: visualiza a situação do produto e da pesquisa no país como um todo e facilita, também, o estabelecimento de redes nacionais de pesquisa, visando a introdução de material genético. Isso privilegia,

até certo ponto, o desenvolvimento da pesquisa com o produto ou criação de expressão nacional mas, a nosso ver, apresenta falhas que nos dizem muito respeito, com relação à Amazônia. Em termos filosóficos, é um modelo que parte do princípio de que todas as regiões são homogêneas no que diz respeito aos problemas, o que parece não ser uma premissa verdadeira. Outro inconveniente desse modelo é como ele é exercido: centraliza decisões ao nível da unidade coordenadora, o que dificulta prioridades regionais e estaduais e pouco contribui para o assessoramento às atividades regionais de pesquisa e às unidades executoras. É bom que se diga que as UEPAE's e UEPAT's do sistema EMBRAPA executam pesquisas principalmente de interesse local.

Temos outras situações, e o Estado do Acre vive uma delas: o PDRI. A concepção do projeto é formidável: prevê o desenvolvimento do homem de forma integral e privilegia recursos para o desenvolvimento de todos os segmentos, não só segmentos agrícolas, mas os relativos à saúde, educação, transporte, etc. A pesquisa participa deste programa com grande dificuldade porque, na hora em que essa tecnologia é levada ao pequeno produtor, falta-lhe substância, falta-lhe um apoio mais efetivo das unidades coordenadoras. Um dos inconvenientes é que ela não dispõe de uma tecnologia apropriada. Em Rondônia, que tem um companheiro como o POLONO-ROESTE vivendo o segundo ano, constatamos o mesmo drama, com recursos substanciais para seu trabalho ao nível de pequenas propriedades, mas naturalmente enfrentando dificuldades porque não tem uma tecnologia. Aliás, há tecnologia, mas não é aquela apropriada, aquela que traduz as reais necessidades do pequeno agricultor.

Hoje a EMBRAPA celebra convênio com o INCRA em quase todos os projetos de assentamento dirigido e a tônica é sem-

pre a mesma: prover tecnologia para aquele imigrante que está se instalando. Aí nós estamos enfrentando dificuldades já referidas por um dos colegas porque não nos antecipamos, não tínhamos, na verdade, um estoque de conhecimentos apropriados para as condições daquele produtor. Esta situação deve se intensificar aqui no Estado do Acre e parece que, com o asfaltamento da BR-364, essa corrente migratória dirige-se preponderantemente para o Estado.

Por isso entendemos que a saída é a regionalização. Temos que ter, a Amazônia, um sistema bastante particularizado de pesquisa agropecuária para que possamos somar, com os demais segmentos no setor agropecuário, nossos esforços no sentido de que possamos formar uma massa crítica mais consistente e conseguirmos, desta forma, sucessos maiores com trabalhos participativos.

Outro ponto que entendemos em termos de rumos da pesquisa, e que entendemos urgente, é o fortalecimento das unidades de pesquisa nos diferentes estados da região. Isso se debate diretamente na empresa. Quando se criou a EMBRAPA, as chamadas UEPAE's e UEPAT's foram criadas para serem provisórias, embriões das empresas estaduais de pesquisa, ideia que não tem sido muito feliz na maior parte das Unidades da Federação nas quais foram instaladas. Hoje as UEPAE's e as UEPAT's são permanentes, e sendo permanentes com estruturas defasadas, precisam ser reforçadas, precisam ser modernizadas, precisam ser preparadas para desenvolver de forma efetiva as suas responsabilidades ao nível de Estado.

Outro ponto que nos parece fundamental nesta regionalização é a definição de mecanismos que permitam um direcionamento da pesquisa agropecuária, seja em termos de prioridades, seja levando em conta o homem como alfa. Não podemos esquecer que temos que ter tecnologia apropriada, quer para

o homem nativo da região para que possa realmente desenvolver melhor seu sistema de produção, quer para os imigrantes que trazem em si uma tradição agrícola. Outro ponto dentro deste enfoque é que os governos explicitem o que é prioridade para os seus respectivos estados. Trabalhar na terra firme com culturas perenes é prioridade em relação à produção de alimentos nos solos férteis, cuja extensão é bastante expressiva como foi mostrada pelo colega. Estas coisas têm que ser claramente explicitadas para que, a partir daí, possamos direcionar o nosso esforço de pesquisa e tentar cobrir a lacuna existente.

Finalizando, eu diria que temos que mudar em termos de posicionamento, quer individual, quer coletivo. Se nós vivemos quase duas décadas com uma espécie de lavagem cerebral, agora é o momento em que a nação nos chama a participar. Uma nova constituição vem aí e é o momento de nós criarmos uma consciência amazônica em defesa daquilo que achamos justo. Chega de os outros decidirem por nós, chega de associação de pecuaristas da Amazônia localizada em São Paulo; as decisões devem sair da Amazônia e nós devemos nos unir nesse sentido, fazer valer a nossa resposta, protestar, brigar, seja da forma que for, para conseguir impor o nosso ponto de vista. É imperioso que nós, técnicos do setor primário, forcemos uma participação maior nas decisões de políticas agrícolas. Não temos tido acesso a estas decisões, somos, quando muito, coadjuvantes cordatos e bem intencionados. Com isso a agricultura vai sendo sempre relegada no segundo plano.

O que queríamos colocar da nossa preocupação com a Amazônia é que nós observamos, como experiência passada na Amazônia e Roraima, e à medida que se tem oportunidade de conviver com os problemas, que os problemas, na essência,

são semelhantes. Nós, na realidade, vivemos uma dependência total em termos, quer de abastecimento, quer de política e até mesmo ao nível do que interessa aqui, que é pesquisa agropecuária.